



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/PMT/2022 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 016/PMT/2022

O Município de Tijucas (SC), através Secretaria Municipal de Obras, Transportes, Serviços Públicos, inscrito sob o CNPJ 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Coronel Büchelle, nº 01, Centro, Tijucas/SC, CEP: 88.200-000, de conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as atualizações que lhe foram introduzidas e pelas demais disposições da legislação aplicáveis, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, comunicam que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, sob o regime de **MENOR PREÇO GLOBAL**, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO, BEM COMO COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, no Território Municipal.**

1 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1- O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para os serviços indivisíveis e continuados de engenharia sanitária para: **COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO, BEM COMO COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, no Território Municipal.**

1.2 Os resíduos sólidos urbanos são os provenientes das atividades da coleta domiciliar e comercial, de varrição de vias públicas, e os Resíduos de Serviços de Saúde são os gerados nas unidades de saúde e afins do Município de Tijucas.

1.3 - A Administração Pública Municipal, considerando o interesse público, poderá contratar total ou parcialmente, os serviços deste Edital, a partir de ordens de serviços específicas, em comum acordo com a Proponente vencedora, respeitando-se o equilíbrio econômico financeiro e Proposta Comercial apresentada.

2 - DO RECEBIMENTO E A ABERTURA DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

2.1 – O recebimento dos envelopes de habilitação e da proposta comercial dar-se-á no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de TIJUCAS, localizado na Rua Coronel Büchele, n. 01 – Centro - TIJUCAS/SC, **até o dia 19/09/2022 às 07h45.**

2.2. A abertura dos envelopes de habilitação e da proposta comercial dar-se-á no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de TIJUCAS, localizado na Rua Coronel Büchele, n. 01 – Centro - TIJUCAS/SC, no dia **19/09/2022 às 08h00.**

3 - DO LOCAL DE OBTENÇÃO DO EDITAL E HORÁRIO DE ESCLARECIMENTOS

3.1 – O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Setor de Licitações da Secretaria



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

Municipal de Administração, situada na Rua: Coronel Buchelle, n. 01, centro, Tijucas/SC, no horário das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira.

3.2 - Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Minuta do Contrato.

Anexo II – Projeto Básico.

Anexo III - Modelo da Proposta Comercial.

Anexo IV -. Declaração de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração.

Anexo V – Declaração que cumpre o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – Documentação

Anexo VI - Declaração de que recebeu cópia do Edital e tomou conhecimento de todas as informações, das condições e locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Anexo VII - Declaração de Ausência de Parentesco – Documentação.

3.3 - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverá ser encaminhado, devidamente formulado por escrito, e dirigido à Comissão Permanente de Licitações, localizada à Rua: Coronel Buchelle, nº 01, Centro, Tijucas/SC. Da mesma forma deverá ser procedido para a impugnação, respeitando-se, neste caso os prazos legais.

3.4 - Na ocorrência da necessidade de alteração e/ou complementação de informações à presente Licitação, estas serão repassadas a todos os proponentes, através de correspondências circulares, que passarão a integrar o processo licitatório.

4 – DA SUBORDINAÇÃO

4.1 - A presente Concorrência subordina-se, em seu todo, à Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e demais condições deste edital.

5 – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1 – O valor global anual previsto deste certame é de **R\$ 6.189.599,44 (Seis milhões, cento e oitenta e nove mil, quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos)**, que ocorrerão por conta de dotações orçamentárias previstas nos respectivos orçamentos anuais, baseado no cronograma físico financeiro.

5.2. A despesa decorrente da presente Licitação correrá por conta do orçamento de 2.022, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Cód. Red.	Unidade Orçamentária	Proj./Ativ.	Elemento Despesa
32	04.003	2.008	3.3.90.00.00.00.00.00

6. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

6.1. No envelope fechado e/ou lacrado n. 1 – HABILITAÇÃO – deverá conter os documentos relacionados para habilitação (item 7), apresentados em original, ou por processo de cópia autenticada por cartório competente, ou cópia com apresentação do original, podendo a Comissão conferir com o original as cópias apresentadas; preferencialmente rubricadas e



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

paginadas (exemplo: 1/5, 2/5, 5/5) em todas as folhas. Os originais poderão estar dentro ou fora do envelope.

6.1.2. Quando o certificado/certidão for emitido por sistema eletrônico sua aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou perante o órgão emissor, podendo ser constatado sua validade no momento da licitação em consulta **on line** nos sites dos referidos documentos.

6.1.3. **Documentos matriz/filial:** Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante responsável pelo contrato/fornecimento, com o número do CNPJ e o endereço respectivo.

6.1.4. **Prazo de validade dos documentos e inadmissibilidade de pessoas físicas na participação da Concorrência Pública.**

6.1.4.1. É indispensável que os documentos estejam dentro do prazo de validade.

6.1.4.2. Todas as certidões e/ou documentos comprobatórios, devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e das propostas, e deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou originais. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 30 (trinta) dias da emissão, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica.

6.1.4.2.1 Será considerado válido o Contrato Social com emissão na Junta Comercial do Estado da sede da licitante de no mínimo 30 dias antes da abertura da licitação, não trata-se do certificado do registro e/ou arquivamento. Observação: Caso a empresa licitante apresentar a emissão com data superior a 30 dias antes da abertura da licitação, esta será considerada válida, sendo sua última alteração, após diligência para comprovação pela Comissão Permanente de Licitação no site específico para sua autenticidade, nos moldes do item 9.5.

6.1.4.3. A documentação exigida deverá ter validade, no mínimo, até a data prevista para o protocolo dos envelopes.

6.1.4.4. Poderá a Comissão Permanente de Licitação, no momento da sessão, consultar documentos via internet ou outra forma que por eles entenderem ser interessante para não haver dúvidas.

6.1.4.5. Serão inabilitados os licitantes que deixarem de apresentar, na data aprazada, quaisquer dos documentos exigidos, ou, se os documentos entregues estiverem incompletos, ilegíveis, inválidos, ou contiverem emendas, rasuras ou outros vícios, que prejudiquem a sua capacidade de comprovação.

6.1.4.6. Não será admitida nesta Licitação, a participação de pessoas físicas.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

6.1.4.7. Os documentos necessários para habilitação dos proponentes deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em original ou fotocópia autenticada em cartório ou pelo servidor, em envelope fechado, constando na parte frontal, as indicações contidas no edital.

6.1.5 - Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio uma vez cumprido os seguintes requisitos:

6.1.5.1 - Comprovação do compromisso público de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, limitando-se a participação de até duas empresas.

6.1.5.2 - Indicação da empresa responsável pelo consórcio que, obrigatoriamente, deterá mais que 50% (cinquenta por cento) do seu capital social.

6.1.5.3 - Todos os documentos da habilitação exigidos para cada licitante individual deverão ser apresentados por cada uma das consorciadas.

6.5.1.3.1 - Para efeito de qualificação técnica será admitido o somatório dos quantitativos de cada uma das consorciadas.

6.1.5.3.2 - Para efeito de qualificação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para cada licitante individual e será admitido o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

6.1.5.4. - Caso o consórcio, seja em sua totalidade, composto por micro e pequenas empresas assim definidas em lei será dispensado o acréscimo previsto no subitem anterior.

6.1.5.5 - A empresa consorciada conhece o impedimento de participação, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

6.1.5.6 - A responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato deverá estar claramente explicitada no instrumento do consórcio, principalmente nos aspectos relativos a solidariedade em passivos ambientais, sob pena de inabilitação.

6.1.5.7 - No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, de acordo com o subitem 6.5.2.

6.1.5.8 - O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, de acordo com o subitem 6.5.1.

6.1.6 - A subcontratação parcial dos serviços será permitida na forma prevista no Art. 72 da Lei nº 8.666/93, sendo estabelecido o limite de 5% (cinco por cento) do valor global previsto deste certame.

7 – DOS ENVELOPES

7.1 - Os envelopes Nº-01 de Documentação de Habilitação e Nº-02 da Proposta de Preços, respectivamente, exigidos neste Edital, deverão ser apresentados, rigorosamente, sob pena de inabilitação/desclassificação: fechados, e colados de modo invioláveis, no dia e hora já mencionados no Edital, contendo todos os documentos exigidos, devendo ter, externamente, as seguintes indicações:



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

7.1.1- Envelope “1” - Documentação de Habilitação

Edital de Concorrência n. 016/PMT/2022

Data e horário de abertura

Proponente

7.1.2 – Envelope “2” - Proposta de Preços

Edital de Concorrência n. 016/PMT/2022

Data e horário de abertura

Proponente

7.2 - Toda documentação apresentada, pertinente à Habilitação e Proposta, deverá estar redigida em português (admitida citação de termos técnicos em outra língua), datilografada ou impressa em papel com identificação da licitante, sem emendas, ressalvas, entrelinhas ou rasuras em suas partes essenciais, rubricadas em todas as suas folhas, e, ao fim, assinada por quem tenha capacidade para assumir a obrigação em nome da empresa. Preferencialmente os documentos deverão estar ordenados na forma do edital, e com as folhas presas entre si.

7.3 - Todos os valores, preços e custos terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, e referir-se-ão à data de apresentação das propostas.

7.4 Para comprovar a condição de representante do licitante, o credenciado entregará à comissão:

7.4.1- Cópia do documento de identidade (será aceito Carteira de Identidade, CNH ou documento de identidade expedido por órgão de registro profissional).

7.4.2- Se procurador, procuração pública ou particular (acompanhada de cópia autenticada do contrato social) - com poderes específicos para: representar a empresa na licitação em todas as suas fases e todos os demais atos.

7.4.3- Se dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente do licitante.

7.5- Juntamente com o credenciamento exigido no item supra, deverão as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar fora dos envelopes n.º 01 e 02 a certidão de enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Complementar nº 147/2014, quando for o caso **com vigência não superior a 90 (noventa) dias de sua emissão.**

8 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01)

Para se habilitarem à licitação, deverão as interessadas, apresentar em seu ENVELOPE 01, documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, metodologia para execução dos serviços e qualificação econômico-financeira, conforme a seguir especificado:

Os documentos relativos à Habilitação Jurídica e a Regularidade Fiscal referem-se à Matriz ou filial da Licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

8.1. Habilitação Jurídica

8.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

8.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com última alteração, devidamente registrado, **com autenticação digital atualizada (vide itens 6.1.4.2 e 6.1.4.2.1.)** em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou;

8.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo (**vide itens 6.1.4.2 e 6.1.4.2.1.**), no caso de sociedade civis, acompanhado de prova de direito em exercício, ou;

8.1.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Observação: Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que o licitante tenha em seu objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital.

8.2. Regularidade Fiscal, Previdenciária e do direito de preferência de Microempresa (ME), empresa de Pequeno Porte (EPP) ou empresa Individual de responsabilidade Limitada (EIRELI)

8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

8.2.2. Alvará de localização.

8.2.3. Apresentação do Certificado de regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF, em vigor, (Lei nº 8.036, de 11/05/90); com validade na data da apresentação. Somente será aceita a Certidão Negativa de Débito obtida através da Internet, ou fotocópia autenticada.

8.2.4. Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal mediante certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, por elas administrados, no âmbito de suas competências, pela apresentação da respectiva Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (Decreto nº 5.586, de 19/11/2005);

8.2.5. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Estadual, da sede do licitante, com validade na data da apresentação. Será aceita a Certidão Negativa de Débito obtida através da Internet, ou fotocópia autenticada.

8.2.6. Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal, da sede do licitante, com validade na data da apresentação. Somente será aceita, Certidão Negativa original, obtido através da Internet ou fotocópia autenticada.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

8.2.7. Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT), conforme instituiu a Lei 12.440/2011;

8.2.8. Declaração impressa em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração; conforme **Anexo IV do Edital**;

8.2.9. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos (CF, art. 7º, inciso XXXIII, c/c a Lei nº 9.854/99), conforme **Anexo V do Edital**.

8.2.10. Declaração de que recebeu cópia do Edital e tomou conhecimento de todas as informações, das condições e locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação conforme modelo **(ANEXO VI)**.

8.2.11. Declaração de Inexistência de Servidor Público Municipal nos quadros da Empresa, **(conforme anexo VII)**.

8.2.12. As Microempresas, Empresa de Pequeno Porte ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal (item 7.2), mesmo que apresente alguma restrição.

8.2.13. Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as ME, EPP ou EIRELI.

8.2.14. Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresa, empresas de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta de menor preço classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra ME, EPP ou EIRELI.

8.2.15. Ocorrendo o empate acima descrito, a ME, EPP ou EIRELI melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta ou no prazo de 24 horas se não estiver presente. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor.

8.2.16. No caso de ME, EPP ou EIRELI ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos moldes do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

8.2.17. As certidões deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação dentro do prazo acima, para efeito de posterior assinatura de contrato, sob pena de decair o direito à contratação da proponente e aplicação das sanções previstas no Art. 81 c/c Art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/1993.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

8.2.18. Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal da proponente, a Comissão Permanente de Licitação decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes por meio dos meios usuais de comunicação (editais, e-mail e publicação na imprensa oficial). A partir da divulgação do resultado do julgamento as proponentes terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, se assim o desejarem, observando-se o disposto no Art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

8.2.19. Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos no item 7.2.15, ou não ocorrendo à contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela ME, EPP ou EIRELI melhor classificada, serão convocadas as ME, EPP ou EIRELI remanescentes que se enquadrem na hipótese do item 7.2.13, segundo a ordem de classificação.

8.2.20. Na hipótese de não contratação de ME, EPP ou EIRELI, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.

8.3. Qualificação Econômica Financeira

8.3.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o prazo de validade da mesma. A CND deverá ser apresentada pelo sistema, SAJ (antigo) www.tjsc.jus.br/portal, em consonância com o Ofício Circular nº 055/2019 da FECAM.

8.3.2. Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o prazo de validade da mesma. A CND deverá ser apresentada pelo sistema e-proc (nova versão) <https://certeproc1q.tjsc.jus.br>, em consonância com o Ofício Circular nº 055/2019 da FECAM.

8.3.3. As empresas deverão apresentar o Balanço Patrimonial na forma da Lei, do último Exercício Social Exigível, com os respectivos termos de abertura e encerramento, devidamente submetidos à autenticação no órgão competente do Registro do Comércio, juntamente com o selo CRC do respectivo contador; OBSERVAÇÃO: Caso a empresa opte pela apresentação do balanço em meio eletrônico, deverá anexar comprovação de legalidade do Balanço na forma apresentada.

8.3.4. Demonstração da saúde financeira da empresa, devendo ser apresentada e calculada atendendo aos índices da tabela abaixo, em papel timbrado da empresa com a respectiva assinatura do contador responsável:

8.3.4.1. ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL - ILG

ILG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$

8.3.4.2. ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL - ISG

ISG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

8.3.4.3. ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE - ILC

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Somente serão habilitadas as licitantes que obtiverem os índices ILG, ISG e ILC igual ou maior que 1,00.

8.3.4.4. Na verificação dos índices constantes do quadro acima serão consideradas até 02 (duas) casas decimais após a vírgula, adotando-se as regras matemáticas de arredondamento das demais casas decimais desconsideradas.

8.3.5. Comprovação de possuir capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, admitida a sua atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais e demonstrado mediante apresentação de memória de cálculo. A comprovação será obrigatoriamente realizada através da apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, em consonância com o artigo 31, §3º, da Lei 8.666/93. Portanto, Capital Social de no mínimo **R\$ 618.959,95 (Seiscentos e dezoito mil, novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos).**

8.4 - RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 – Prova de Registro e Regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da empresa e do responsável técnico habilitado.

8.4.2 - ATESTADOS TÉCNICOS/CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

8.4.2.1 Capacitação técnico-profissional: Atestado de capacidade técnica acompanhado com a Certidão de Acervo Técnico que demonstrem que o responsável técnico pertencente ao quadro permanente da licitante, está exercendo ou exerceu as atividades de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, comerciais e de varrição, bem como coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de saúde.

8.4.2.1.1 A comprovação de que o responsável técnico presta serviço à empresa deverá ser efetuado através: da cópia do contrato ou da carteira de trabalho: contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho, a admissão do responsável técnico até a data da entrega da proposta, e no caso de profissional dirigente da empresa, através da Ata ou do Contrato Social.

8.4.2.2 Atestado técnico: Atestado de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado com a Certidão de Acervo Técnico, que comprovem haver executado ou estar executando os serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, comerciais e de varrição na quantidade mínima de 35% (trinta e cinco por cento) da quantidade anual licitada, bem como coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de saúde na quantidade mínima de 35% (trinta e cinco por cento) da quantidade anual licitada, conforme previsto no Inciso II, Art. 30, da Lei 8666/93.

8.4.2.3 Declaração formal de disponibilidade ao futuro Contrato, sob as penas cabíveis, dos



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

veículos, máquinas e equipamentos necessários para a execução dos serviços da presente licitação, individualizando o modelo e ano de fabricação de acordo com o projeto básico anexo.

8.4.2.4 Declaração formal de disponibilidade ao futuro contrato, de aterro licenciado ou outro processo/tecnologia proposto pela licitante para destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e de varrição, bem como do equipamento de desinfecção/descontaminação e destinação final de resíduos de serviços de saúde apresentados pela proponente, informando as respectivas capacidades mínimas disponíveis para o pleno atendimento das necessidades decorrentes da execução do contrato.

8.4.2.5 Comprovante de que a licitante seja detentora de Licença Ambiental - em vigor, junto ao Órgão Ambiental Competente para as atividades de destinação final dos resíduos sólidos urbanos, bem como transporte, tratamento e destinação final dos resíduos dos serviços de saúde.

8.4.2.6 Face à complexidade dos serviços licitados, a licitante poderá proceder à visita técnica para tomar pleno conhecimento das condições ambientais, técnicas, do grau de dificuldade dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução do objeto do presente Edital, através de seu Responsável Técnico habilitado, devendo para tal, definir data e horário junto ao Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos ou outro servidor designado. Dúvidas: Fone para contato: (48) 3263-8100 e (48) 3263-8121.

8.5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES REFERENTES À HABILITAÇÃO:

8.5.1 - Os documentos exigidos acima deverão ser apresentados em via original ou fotocópia autenticada legível.

8.5.2 - A Comissão Permanente de Licitações ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como decidir qualquer tipo de formalidade excessiva.

8.5.3 - As Certidões Negativas de Débitos que forem apresentadas, sem seus prazos de validade, serão consideradas válidas pelo prazo de **90 (noventa)** dias a contar de sua expedição.

8.5.4 - A autenticação dos documentos por parte da Comissão Permanente de Licitações será realizada preferencialmente até dois dias antes da abertura da documentação (envelope nº1).

8.5.5 - Serão inabilitados os licitantes que deixarem de apresentar, na data aprazada, quaisquer dos documentos exigidos; ou, se os documentos entregues estiverem incompletos, ilegíveis, ou contiverem emendas, rasuras ou outros vícios, que prejudiquem a sua capacidade de comprovação, **podendo a Comissão Permanente de Licitação a qualquer momento realizar diligências pertinentes para sanar quaisquer dúvidas e esclarecimentos, conforme estabelecido neste edital. (item 8.5.2).**

8.5.6 - Os documentos preferencialmente deverão estar fixados entre si, e suas folhas



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

numeradas sequencialmente na ordem dos itens do Edital.

8.5.7 - Os proponentes que estiverem dispensados da apresentação de algum documento de habilitação, por sua natureza ou por dispositivo legal, deverão apresentar declaração a respeito, e, se for o caso, citando e juntando cópia do respectivo dispositivo.

8.5.8 - Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada digital, por tabelião de notas, ou publicação em órgãos da imprensa oficial..

8.5.9 - Os documentos apresentados deverão estar dentro de seu prazo de validade quando da abertura da Licitação.

8.5.10- As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição nos termos do art 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.5.11- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) nos termos do art 43, §1, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.5.12-A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação nos termos do art 43, §2, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.5.13-Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte de acordo com os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014.

9 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 02)

No **ENVELOPE** nº 2 os **licitantes** deverão apresentar **Proposta Comercial** conforme as recomendações abaixo discriminadas:

9.1 Valores a ofertar (preço unitário) para os serviços licitados:

9.1.1 coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, comerciais e de varrição em R\$ (reais) por tonelada.

9.1.2 destino final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, comerciais e de varrição em



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

R\$ (reais) por tonelada.

9.1.3 coleta e transporte dos resíduos de saúde em R\$ (reais) por kg.

9.1.4 destino final dos resíduos de saúde em R\$ (reais) por kg.

9.2 – Valor global da proposta comercial será obtido pelo somatório do produto dos preços unitários propostos pelos respectivos quantitativos fixados no edital, que deverá ser grafado também por extenso, e que será utilizado para julgamento da licitação.

9.3 – Deverão estar incluídos nos respectivos preços, quaisquer custos e despesas diretas ou indiretas, tributos, tarifas, etc., que à época da apresentação da proposta, incidam sobre a prestação dos serviços, sendo seus respectivos percentuais discriminados em relação própria que será parte da proposta.

9.4 - Deverá ser datada e assinada pelo representante legal, função, identificação e conter o carimbo padronizado do CNPJ/MF.

9.5 - Declaração da empresa de que o prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados da data de apresentação dos envelopes.

10 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO PROCEDIMENTO:

10.1. No dia, local e horário indicados na apresentação deste Edital, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO examinará os envelopes **“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”** e **“PROPOSTA DE PREÇOS”**, que serão rubricados pela Comissão e pelos proponentes ou seus representantes;

10.2. O preposto do Licitante, para que possa em nome dela manifestar-se, deverá apresentar credencial específica que será entranhada no Processo;

10.3. Após a entrega dos envelopes não serão admitidas alegações de erro de cotação dos preços ou nas demais cláusulas ofertadas, bem como na documentação apresentada;

10.4. Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pela Comissão Permanente de Licitação e pelos proponentes presentes, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma;

10.5 - A Comissão passará ao exame da documentação de Habilitação. Havendo manifestação de um ou mais licitantes que pretendam interpor recursos contra qualquer ato praticado na fase referente à análise e julgamento dos documentos de Habilitação, a sessão será encerrada e os trabalhos suspensos. Julgados os recursos, a sessão prosseguirá na data e horários dados a conhecer pela Comissão, na forma legal;

10.6 - Será inabilitada a licitante que não apresentar quaisquer documentos de Habilitação ou que os apresentar em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital;

10.7 - Os documentos contidos no envelope nº 2 (Propostas), dos proponentes habilitados serão



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

abertos, no mesmo local, respeitado o prazo para interposição de recurso que trata o art. 109, I, "a", da Lei n. 8.666/93 ou, a critério da Comissão Permanente de Licitação, em uma nova data;

10.8 - Após a fase de habilitação não será admitida desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação;

10.9 - Os envelopes "**PROPOSTA COMERCIAL**" das proponentes inabilitadas ficarão à disposição dos licitantes pelo prazo de até 05 (cinco) dias, junto a Comissão Permanente de Licitação, que as devolverá contra recibo.

11 - TIPO DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

11.1 – TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL.

11.2 – Durante as fases de julgamento, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar instrução de processo, vedado a inclusão posterior do documento ou informação que devesse constar originalmente da proposta.

11.3 – Concluído o julgamento, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO elaborará relatório e lavrará ata proclamando a classificação das Proponentes.

12 - REGIME DE EXECUÇÃO

12.1 - A prestação dos serviços indivisíveis do objeto da licitação será executada sob o regime de empreitada por preço unitário.

13 - DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO REAJUSTAMENTO

13.1 – O pagamento da CONTRATADA terá como base, o somatório dos produtos dos preços unitários por ela proposto, para cada um dos serviços licitados, multiplicados pelas quantidades efetivas dos serviços executados, comprovados em medição através de pesagem/ contagem, aceita pela fiscalização, e para a qual será emitido o competente documento comprobatório.

13.2 - Os valores unitários a serem pagos à CONTRATADA serão aqueles definidos em sua Proposta Comercial.

13.3 - A CONTRATANTE deverá consignar nos orçamentos anuais, durante o período da contratação, dotações suficientes para cumprir as obrigações pecuniárias assumidas junto à CONTRATADA por força deste Edital e respectivo contrato.

13.4 – Os serviços executados serão objetos de **medição quinzenal**, a iniciar-se no primeiro dia e no décimo sexto dia de cada quinzena calendário, e os seus pagamentos também serão quinzenalmente, devendo ser emitidas pela CONTRATADA uma nota fiscal para cada item medido - em conformidade com os serviços efetivamente realizados, juntamente com o comprovante do recolhimento dos encargos previdenciários, na forma do disposto no Art. 71, da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1.993, alterado pelo Art. 4º da Lei n. 9.032 de 26 de abril de



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

1.995, para fins de conferência e aprovação pela fiscalização da **CONTRATANTE**.

13.5 – Os preços unitários propostos serão reajustados a cada período de 12 (doze) meses mediante a aplicação do IPCA transcorridos o prazo de um ano de contrato a ser assinado em decorrência desta licitação, sendo considerado o preço inicial aquele correspondente ao mês da apresentação da proposta.

14 - DA REVISÃO DA REMUNERAÇÃO

14.1 - A revisão da remuneração à CONTRATADA será efetivada pela concedente, na ocorrência dos seguintes fatos/eventos:

14.1.1 - Por modificação unilateral do contato, imposta pela CONTRATANTE e que importe em aumento de custos ou redução de receitas;

14.1.2 - Ocorrendo quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, que venham a ter eficácia após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou para menos, desde que comprovada repercussão nos custos.

14.1.3 - Por alteração das condições iniciais estabelecidas na Proposta Comercial.

14.1.4 - Na ocorrência de Ato da Administração ou Fato do Príncipe de qualquer natureza, que venha afetar o equilíbrio econômico - financeiro inicialmente avençado entre as partes.

14.1.5 - Nos demais casos em que se aplique o Art. 65 da Lei n. 8.666/93 e suas atualizações.

15 - DO PRAZO

15.1 - O prazo para a execução dos serviços continuados objeto deste edital será de 60 (sessenta) meses, de acordo com o artigo 57, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

16 - DO CONTRATO

16.1 - A licitante vencedora da presente concorrência, após a adjudicação de seu objeto, deverá no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, colocar à disposição o veículo listado neste Edital para teste ou vistoria se requisitado pela Municipalidade.

17 - DOS RECURSOS

17.1. São admissíveis, em qualquer fase da licitação ou da execução das obrigações dela decorrentes, nos termos dos artigos da Lei nº 8.666/93.

17.2. O recurso será dirigido, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do ato impugnatório, à autoridade superior, por intermédio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

17.3. Interposto o recurso, o mesmo será levado ao conhecimento dos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.4. Decorrido o prazo acima, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO terá 05 (cinco) dias úteis para considerar sua decisão ou fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior.

17.5. A autoridade superior em 05 (cinco) dias dará sua decisão, após o que, esgotada a fase recursal, e já com a decisão final, o processo irá à autoridade superior para homologação e adjudicação.

17.6. Os recursos interpostos na fase de habilitação e na de julgamento das propostas, terão efeito suspensivo.

17.7. Os pedidos de recursos deverão observar os seguintes requisitos:

17.7.1. Serem digitados e devidamente fundamentados.

17.7.2. Serem assinados por representante legal ou por procurador devidamente habilitado.

17.8. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

17.9. Na contagem dos prazos recursais, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento. Se este cair em dias sem expediente, o término ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

17.10. Não serão conhecidos as impugnações e recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por e-mail.

17.11. Somente serão conhecidos as impugnações e os recursos interpostos tempestivamente e protocolado pessoalmente no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura; Endereço: Rua: Coronel Büchelle, nº 01 – Centro - 88.200-000- Tijucas/SC. Horário – 07h00 as 13h00– segunda a sexta-feira.

18 - PENALIDADES

18.1 À CONTRATADA que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, sem justa causa, será aplicado às seguintes penalidades:

18.1.1 Multa.

18.1.2 Rescisão do contrato.

18.1.3 Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Tijucas/SC.

18.1.4 Declaração de inidoneidade.

18.2 - Será aplicada multa de 2,0% (dois por cento) sobre o valor mensal do contrato, quando a



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

CONTRATADA interromper, suspender total ou parcialmente, ou ainda, deixar de executar o objeto contratual.

18.3 - Será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato, quando a CONTRATADA:

18.3.1 - Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização.

18.3.2 - Executar o objeto contratual em desacordo com as especificações técnicas aplicáveis, independentemente da obrigação de fazer as reparações necessárias às suas despesas.

18.3.3 - Cometer faltas reiteradas na execução do objeto contratual.

18.3.4 - Ocasionar, sem justa causa, atraso para o início do atendimento de que trata a presente licitação.

18.3.5 - Interromper ou suspender total ou parcialmente a execução dos serviços por prazo superior a cinco dias, sem prejuízo das demais multas previstas neste Edital.

18.3.6 - Transferir ou ceder o contrato a terceiros, sem prévia anuência desta Municipalidade.

18.4 - Fica estipulada a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, caso a Administração decida rescindir, unilateralmente, o contrato sem que a Contratada tenha dado causa ou se esta vir a preencher as hipóteses previstas no Art. 78 da Lei n. 8666/93 e que possibilite a rescisão do contrato.

18.5 - As importâncias relativas às multas serão pagas, pela CONTRATADA, após a respectiva notificação, no prazo que lhe for assinalado, sob pena de cobrança judicial, observado o contraditório e o princípio da ampla defesa.

18.6 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra.

18.7 - A CONTRATADA será responsável administrativa, cível e criminalmente por qualquer ato ou fato ocasionado por seus funcionários ou prepostos na execução dos serviços, e que venha a provocar danos ou constrangimentos ao bom andamento dos serviços.

18.8 - Caso a CONTRATADA venha a comprovadamente provocar danos ou passivos ambientais, decorrentes de negligência ou má execução dos serviços, a CONTRATANTE poderá rescindir imediatamente o Contrato, com a imediata apuração dos danos e prejuízos ao eco sistema, cabendo ao infrator as responsabilidades administrativa, cíveis e criminais decorrentes da reparação e/ou remediação dos danos, além das cominações legais previstas em legislação ambiental específica, assegurado sempre o direito ao contraditório e à ampla defesa.

19 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1 - A participação na licitação implica aceitação integral e irretratável pelos proponentes, dos



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

termos e das condições do Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, tendo seu suporte legal na Lei n. 8.666/93, e legislação pertinente em vigor, bem como, na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis.

19.2 - A Comissão reserva-se no direito de promover qualquer diligência que entenda conveniente, nos termos do parágrafo 3º, Art. 43, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

19.3 – A Municipalidade poderá exercer a mais ampla fiscalização, inclusive por meio de agência reguladora, não eximindo, entretanto, a LICITANTE VENCEDORA de refazer os serviços que não forem executados de acordo com as especificações e requisitos exigidos.

19.4 - A responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA é integral para os serviços que vierem a ser executados em razão da concorrência, nos termos do Código Civil Brasileiro de 2002, sendo que a presença da fiscalização da Contratante, não isentará a responsabilidade do contratado.

19.5 - A Municipalidade reserva-se no direito de, a qualquer tempo, presentes razões de interesse público, devidamente justificadas, desistir, revogar, adiar ou homologar total ou parcialmente a licitação, devendo de ofício anulá-la por vícios ou irregularidades constatadas, sem que isto represente direito dos proponentes a qualquer pedido de indenização, reembolso ou compensação de valores.

19.6 - A qualquer tempo, antes da contratação, a Municipalidade poderá desclassificar a proponente, sem que a ela caiba direito de indenização ou reembolso, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fatos ou circunstâncias que comprovadamente desabonem sua idoneidade financeira, comprometam sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda, que reduza sua capacidade de produção.

19.7 - As proponentes ficam obrigadas a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma da Lei, bem como manter na vigência do contrato, todas as condições para habilitação.

19.8 – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documento relativo ao presente Edital.

Tijucas, SC, 17 de agosto de 2022.

Vilson Natálio Silvino
Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TIJUCAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXX, DA EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

O Município de Tijucas, pessoa jurídica de direito Público interno, inscrito no CNPJ nº 82.577.636/0001-65, Prefeitura localizada na sede a Rua: Coronel Büchelle nº 01, Centro, Tijucas - SC, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal, Elói Mariano Rocha, e pelo Secretário de Obras, Transportes e Serviços Públicos, Vilson Natálio Silvino**, doravante denominado **“Contratante”** e, de outro lado, a empresa xxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. xxxxxxxxxxxx, com sede na rua xxxxxxxxxxxx n. xx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, portador do CPF n. xxxxxxxxxxxx, residente na rua: xxxxxxxxxxxx, n. xx, doravante chamada de **“Contratada”**, fica ajustado, mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para os serviços indivisíveis e continuados de engenharia sanitária para: **COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO, BEM COMO COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE**, conforme especificações do Projeto e Memorial Descritivo, integrantes do Edital n. **016/PMT/2022** e proposta da CONTRATADA, que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

1.2 Os resíduos sólidos urbanos são os provenientes das atividades da coleta domiciliar e comercial, de varrição de vias públicas, e os Resíduos de Serviços de Saúde são os gerados nas unidades de saúde e afins do Município de Tijucas.

1.3 Integram o presente Contrato, como se nele transcritos fossem, o Edital, seus Anexos, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de Serviço, e o Termo de Aditamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1 - O prazo para a execução dos serviços continuados objeto deste edital será de 60 (sessenta) meses, de acordo com o artigo 57, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - Os serviços elencados na Cláusula Primeira deste contrato deverão ser executados nos prazos fixados, e sob o regime de empreitada por **MENOR PREÇO GLOBAL**.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

CLÁUSULA QUARTA- DA DOTAÇÃO, MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 – Os serviços executados serão objetos de medição quinzenal, a iniciar-se no primeiro dia e no décimo sexto dia de cada quinzena calendário, e os seus pagamentos serão também quinzenalmente, devendo ser emitidas pela CONTRATADA uma nota fiscal para cada item medido - em conformidade com os serviços efetivamente realizados, juntamente com o comprovante do recolhimento dos encargos previdenciários, na forma do disposto no Art. 71, da Lei n. 8.666/93, alterado pelo Art. 4º da Lei n. 9.032 de 26 de abril de 1.995, para fins de conferência e aprovação pela fiscalização da **CONTRATANTE**.

4.2 - Os preços unitários e as quantidades para prestação dos serviços no decorrer dos 12 (doze) meses contratados são os seguintes:

N.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL
01	COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO.	TONELADA	13.848	R\$	R\$
02	DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO	TONELADA	13.848	R\$	R\$
03	COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DE SAÚDE	KG	20.000	R\$	R\$
04	DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE	KG	20.000	R\$	R\$

4.3 - Os pagamentos quinzenais somente serão liberados desde que a medição dos serviços tenha sido aceita, ainda que provisoriamente pela CONTRATANTE.

4.4 - Havendo falhas ou irregularidades técnicas na execução de qualquer serviço, todo pagamento devido à **CONTRATADA** permanecerá sustado, até o integral e regular cumprimento da obrigação, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital.

4.5 - Os serviços realizados com atraso, devido à força maior, serão pagos sem multa, mediante



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

apresentação de justificativa, devidamente aprovada pela CONTRATANTE.

4.6 - Com base na medição quinzenal devidamente aprovada pela CONTRATANTE será pago à **CONTRATADA**, o valor correspondente aos serviços efetivamente prestados, ficando desde já estabelecido que em havendo inadimplência os valores serão atualizados monetariamente pelo INPC, “pro rata”, entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, conforme o previsto no art. 55, III, da Lei n. 8.666/93.

4.7 - O valor total quinzenal a ser medido e faturado será, a qualquer título, a única e completa remuneração devida à **CONTRATADA**, o qual compreende todos os tributos e tarifas, despesas decorrentes de mão-de-obra, inclusive as especializadas, manutenção dos veículos e equipamentos, material, transporte, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e tudo mais que for necessário à perfeita e adequada execução de todos os serviços previstos no objeto deste Edital.

4.8 – Os preços unitários propostos serão reajustados a cada período de 12 (doze) meses mediante a aplicação do IPCA transcorridos o prazo de um ano de contrato a ser assinado em decorrência desta licitação, sendo considerado o preço inicial aquele correspondente ao mês da apresentação da proposta.

4.9 – Ocorrendo quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, que venham a ter eficácia após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou para menos, comprovada repercussão nos custos da **CONTRATADA**.

4.10 - O valor global anual previsto deste contrato é de R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx), que ocorrerão por conta de dotações orçamentárias previstas nos respectivos orçamentos anuais, baseado no cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E DEVERES DA CONTRATANTE

5.1 - São responsabilidades da **CONTRATANTE**:

(a) Fiscalizar os serviços contratados.

(b) Rescindir o Contrato mediante motivo de relevante interesse público, nos termos previstos na Lei n. 8.666/93.

(c) Remunerar a **CONTRATADA** pelos serviços prestados, homologar a revisão do preço na forma prevista no Edital, neste Contrato e na legislação vigente, bem como zelar, naquilo que lhe couber, pelo equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

(d) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos contratos administrativos definidos da legislação pertinente.

5.2 - A **CONTRATANTE** pode solicitar à **CONTRATADA**, e esta deverá atender, alterações no planejamento e execução dos serviços, assegurada a manutenção do equilíbrio



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

econômico financeiro inicialmente avençado entre as partes.

5.3 - A **CONTRATANTE** deverá emitir as ordens de início dos serviços objeto deste contrato.

5.4 - A **CONTRATANTE** deverá providenciar os pagamentos das Faturas emitidas pela **CONTRATADA**, mensalmente de acordo com as medições.

5.5 - A **CONTRATANTE** terá direito de exigir dispensa de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se a dispensa der origem a ação na Justiça, a **CONTRATANTE** não terá, em nenhum caso, qualquer responsabilidade.

5.6 - A **CONTRATANTE** deverá processar bem como providenciar a documentação hábil necessária e proceder ao pagamento das faturas, no prazo de até 10 (dez) dias do fechamento de cada período de competência dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DEVERES DA CONTRATADA

6.1 - A **CONTRATADA** deverá executar fielmente os serviços, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, sem que a Fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** exclua ou atenua essa responsabilidade.

6.2 - As contratações de mão-de-obra feitas pela **CONTRATADA** serão regidas exclusivamente pelas disposições de direito privado aplicáveis, e, quando for o caso, pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre aqueles contratados pela **CONTRATADA**, e a **CONTRATANTE**.

6.2.1 - Competirá à **CONTRATADA** a contratação da mão-de-obra necessária ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta também, os encargos necessários e demais exigências as leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo a **CONTRATADA** pelos danos causados por seus empregados, auxiliares e prepostos, ao patrimônio público ou a outrem.

6.2.2 - Os funcionários admitidos deverão possuir capacitação física e qualificação que os capacite a executar os serviços inerentes ao objeto da presente licitação.

6.2.3 - Durante a execução dos serviços é absolutamente vedada, por parte do pessoal da **CONTRATADA**, a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações.

6.2.4 - Será terminantemente proibido aos empregados da **CONTRATADA** ingerir ou estarem sob o efeito de bebidas alcoólicas ou substâncias tóxicas e de pedirem gratificações ou donativos de qualquer espécie, durante a execução dos serviços.

6.2.5 - Os funcionários da área operacional da **CONTRATADA** deverão apresentar-se uniformizados, com camisas ou camisetas fechadas, calças, calçados e demais equipamentos de segurança e proteção individual, como luvas, capas protetoras em dias de



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

chuva, capacetes de proteção, boné, entre outros específicos para cada tipo de serviço.

6.2.6 - A **CONTRATADA** deverá manter um profissional responsável devidamente habilitado pelo CREA para supervisionar a execução dos serviços contratados, e para a emissão da anotação da responsabilidade técnica.

6.3 - São obrigações da **CONTRATADA**:

(a) Prestar serviço adequado, de acordo com as normas técnicas e legislação aplicáveis, previstas em sua Proposta Comercial, e neste Instrumento.

(b) Manter programa de treinamento de pessoal na busca permanente de qualidade na prestação do serviço adequado.

(c) Cumprir e fazer cumprir, as normas dos serviços, e as cláusulas do Contrato.

(d) Permitir aos funcionários da **CONTRATANTE**, encarregados da fiscalização, livre acesso, a qualquer época, às instalações e locais de serviços.

(e) Cumprir e fazer cumprir a legislação de proteção ambiental.

(f) Estar de acordo com a legislação vigente.

(g) Manter regularmente os, documentos e anotações dos encarregados da fiscalização.

(h) Prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, sem qualquer tipo de discriminação e sem incorrer em abuso de poder econômico, atendendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e cortesia na prestação.

(i) Responsabilizar-se de forma exclusiva, pelos ônus trabalhistas, previdenciários e acidentários dos seus empregados, bem como pelo pagamento de outros emolumentos pertinentes e prescritos em Lei.

(j) Responsabilizar-se e custear as despesas de combustível, manutenção, material de segurança, uniformes, peças de reposição e acessórios dos serviços objeto da presente Contrato.

(k) Empregar pessoal habilitado e idôneo, nos limites das necessidades exigidas para tanto.

(l) Elaborar e implementar atendimentos dos serviços contratados para as situações de emergência, mantendo disponíveis recursos materiais e humanos para tanto;

(m) Garantir o pronto restabelecimento dos serviços, caso interrompidos, com a imediata eliminação de obstáculos e impedimentos.

(n) Executar todos os serviços e atividades objeto deste Contrato com zelo, diligência e



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

economia, procurando sempre utilizar a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, e obedecendo rigorosamente às normas, padrões e especificações aprovadas pela **CONTRATANTE** previamente ao contrato.

(o) Submeter à aprovação da **CONTRATANTE**, por escrito e com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, o esquema alternativo que pretende adotar quando da realização de manutenção preventiva que obrigue a interrupção dos serviços contratados.

(p) Na prestação dos serviços contratados, apoiar a ação das autoridades e representantes do Poder Público, em especial da polícia, dos bombeiros, da defesa civil, da saúde e do meio ambiente.

(q) Zelar pela proteção dos recursos naturais e ecossistemas, respondendo pela obtenção das eventuais licenças exigidas pelos agentes de proteção ambiental.

(r) Providenciar que seus funcionários e agentes, bem assim os de suas contratadas, encarregados da segurança de bens e pessoas sejam registrados junto às repartições competentes, portem crachá indicativo de suas funções e estejam instruídos a prestar apoio à ação da autoridade policial.

(s) Cumprir e responder as determinações da Legislação e das normas relativas à higiene, medicina e segurança do trabalho.

(t) Controlar todos os equipamentos e instalações públicos utilizados na prestação dos serviços ora contratados, e tomar todas as medidas necessárias para evitar e sanar o uso ou ocupação não autorizada desses bens, mantendo a **CONTRATADA** informada a esse respeito.

(u) Sempre que for necessário, encaminhar à **CONTRATANTE**, estudos demonstrando a necessidade de revisão de preços em função do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

(v) Assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei n. 8.666/93. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

(x) Manter durante a vigência do contrato as condições para habilitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A fiscalização do cumprimento das obrigações da **CONTRATADA** será exercida pela **CONTRATANTE**, com objetivo de assegurar o cumprimento dos encargos previstos neste Instrumento e por agência reguladora.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

7.2 - O representante da **CONTRATANTE** na fiscalização anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com os encargos do Contrato, determinando à **CONTRATADA** a regularização das faltas ou defeitos verificados e emitindo eventuais autos de infração, nos termos previstos neste instrumento. As decisões e providências que ultrapassem a sua competência deverão ser encaminhadas a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

7.3 - A **CONTRATANTE** designará servidor competente para fiscalização dos trabalhos a serem executados pela **CONTRATADA**, nos moldes do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penas em caso de descumprimento do Contrato:

- (a) Multa.
- (b) Rescisão do contrato.
- (c) Suspensão do direito de licitar junto à Contratante.
- (d) Declaração de inidoneidade.

8.2 - Será aplicada a multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor mensal do contrato, quando a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir os prazos previstos no contrato;

8.3 - Será aplicada multa de 2,0% (dois por cento) sobre o valor mensal do contrato, quando a **CONTRATADA**, sem justa causa, interromper, suspender total ou parcialmente, ou ainda, deixar de executar o objeto contratual.

8.4 - Será aplicada multa de 1% (hum por cento) sobre o valor mensal do contrato, quando a **CONTRATADA**:

- (a) Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização.
- (b) Executar o objeto contratual em desacordo com as especificações técnicas aplicáveis, independentemente da obrigação de fazer as reparações necessárias às suas expensas.
- (c) Cometer faltas reiteradas na execução do objeto contratual.
- (d) Ocasionar, sem justa causa, atraso para o início do atendimento de que trata a presente licitação.
- (e) Interromper ou suspender total ou parcialmente a execução dos serviços por prazo superior a cinco dias, sem prejuízo das demais multas previstas neste Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

(f) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia anuência da **CONTRATANTE**.

8.5 - As importâncias relativas às multas serão pagas, pela **CONTRATADA**, após a respectiva notificação, no prazo que lhe for assinalado, sob pena de cobrança judicial.

8.6 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** poderão rescindir o contrato de acordo com Art. 78 e seguintes da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DEZ – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 - Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n. 8.666/93, com as alterações posteriores, com as devidas justificativas e após aprovação prévia pela fiscalização do Município.

CLÁUSULA ONZE – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

11.1 - Este contrato vincula as partes ao Edital, a proposta da **CONTRATADA**, bem como as demais disposições da Lei n. 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas Leis n. 8.883/94 e 9.648/98.

CLÁUSULA DOZE – DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Tijucas/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares, pertinentes firmando-o em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Tijucas, SC 17 de agosto de 2022.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

Elói Mariano Rocha

Prefeito Municipal
Contratante

Vilson Natálio Silvino

Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

Testemunha Contratada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF: XXXXXXXXXXXXXXX



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

ANEXO II

PROJETO BÁSICO

DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para os serviços indivisíveis e continuados de engenharia sanitária para: **COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO, BEM COMO COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.**

Os resíduos sólidos urbanos são os provenientes das atividades da coleta domiciliar e comercial, de varrição de vias públicas, e os Resíduos de Serviços de Saúde são os gerados nas unidades de saúde e afins do Município de Tijucas.

DA COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO DE VIAS:

A coleta consiste na operação de recolhimento de resíduos sólidos gerados por residências, próprios públicos e estabelecimentos comerciais, situados em vias públicas urbanas e rurais abertas ao tráfego de veículos, bem como o recolhimento do produto resultante do serviço de varrição e limpeza em geral de vias e logradouros públicos.

Os resíduos deverão ser acondicionados pelos geradores em recipientes adequados e limitados a 45 kg por estabelecimento ou imóvel.

Após coletados, os resíduos sólidos urbanos, seu manuseio, seu transporte e sua +destinação final passam a ser de responsabilidade exclusiva da licitante.

Serão **excluídos** dos serviços de coleta, os seguintes tipos de resíduos: animais mortos de grande porte, materiais radioativos, resíduos líquidos de toda espécie, restos de móveis, entulho de materiais de construção, e troncos gerados na poda de árvores.

Área abrangida:

Deverá ser executada em vias oficiais abertas à circulação de veículos, ou que venham a ser abertas, situadas nos perímetros urbano e rural do Município de Tijucas.

Geração de resíduos:

No quadro abaixo está descrita a quantidade anual de resíduos coletados no Município de Tijucas, os valores médios mensais, bem como calculado o crescimento médio verificado a partir de 2015 a 2021.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

Ano	Pesagem (t/ano)	Média (t/mês)	Crescimento Anual
2015	9.914,46	826	-
2016	9.606,67	801	-3,10%
2017	10.131,25	844	5,46%
2018	10.798,82	900	6,59%
2019	11.089,62	924	2,69%
2020	11.926,21	994	7,54%
2021	12.362,24	1.030	3,66%
Total	75.829,27	Crescimento Médio Geométrico	3,81%

Com o crescimento médio calculado se estima as seguintes quantidades para os próximos 60 meses, a partir de janeiro de 2022:

Ano	Pesagem (t/ano)	Média (t/mês)
2022	12.833	1.069
2023	13.321	1.110
2024	13.828	1.152
2025	14.355	1.196
2026	14.901	1.242
Total 60 meses	69.238	
Média/ano	13.848	

Frequência:

A frequência de prestação dos serviços, bem como os horários, deverão respeitar as indicações da tabela abaixo:



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

Segunda Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira
Diurno – Início 6h00	Diurno – Início 6h00	Diurno – Início 6h00
Bairro Centro Bairro Joaia Bairros 15 de Novembro Bairro Santa Terezinha Bairro Universitário Bairro Mata Atlântica	Bairro Centro Bairro Areias Bairro Jardim Progresso Bairro Santa Luzia Área Industrial IMACOL Bairro Sul do Rio	Bairro Centro Bairro Joaia Bairros 15 de Novembro Bairro Santa Terezinha Bairro Universitário Bairro Mata Atlântica
Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
Diurno – Início 6h00	Diurno – Início 6h00	Diurno – Início 6h00
Bairro Jardim Progresso Bairro Santa Luzia Área Industrial IMACOL Bairro Nova Descoberta Bairro Pernambuco Bairro Sul do Rio Bairro Morretes Bairro Areias	Bairro Centro Bairro Joaia Bairros 15 de Novembro Bairro Santa Terezinha Bairro Universitário Bairro Mata Atlântica	Bairro Itinga Bairro Timbé Bairro Areias Bairro Jardim Progresso

A frequência de coleta nos bairros Terra Nova, Campo Novo e Oliveira, será executada quinzenalmente.

Turnos de trabalho:

As licitantes, preferencialmente deverão distribuir seus serviços nos períodos diurno, a fim de assegurar o descanso dos munícipes. Nos locais de difícil acesso devido a movimentação de carros ou pessoas poderá ser executada excepcionalmente no período noturno, desde que aprovada pela Municipalidade, observando sempre que a coleta noturna só poderá se realizar em vias pavimentadas, em boas condições de trafegabilidade e com iluminação pública suficiente.

Veículos:

As licitantes deverão obrigatoriamente, manter em perfeitas condições de funcionamento, conservação e operação: 04 (quatro) veículos auto-compactador com capacidade de 19 m³ não superior a 10 anos de uso, sendo 01 (um) reserva.

Os veículos deverão dispor equipamentos de proteção coletiva como cones sinalizadores, triângulo, sinalização luminosa tipo “giroflex”, faixas refletivas, entre outros, de acordo com as normas que regem o assunto.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

01 (um) veículo, tipo utilitário, saveiro ou similar, destinado à fiscalização diurna e noturna, suporte aos serviços de gerenciamento e manutenção.

Mão-de-obra:

Cada equipe de trabalho deverá ser composta de 01 (um) motorista e 03 (três) coletores (garis), devendo ser previsto 20% (vinte por cento) de índice de reserva para suprir absenteísmo, férias, acidentes, para estes e demais serviços.

O dimensionamento de pessoal será o seguinte: 03 (três) equipes.

O pessoal envolvido deverá estar convenientemente uniformizado e portar os equipamentos de proteção individual de acordo com as normas que regem o assunto.

DA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO:

Portanto, uma vez por ela coletados, os resíduos sólidos urbanos, seu transporte ao aterro licenciado, à pesagem, e sua destinação final passa a ser de responsabilidade exclusiva da licitante.

O processo de licitação contempla a possibilidade de participação de qualquer processo ou tecnologia capaz de gerenciar essas quantidades de resíduos, desde que homologados e licenciados pelos órgãos ambientais competentes.

Define-se como operação do aterro licenciado a execução de atividades de engenharia civil e/ou sanitária, de rotina, necessárias para a completa manutenção das condições de recepção, disposição, cobertura, e compactação de resíduos sólidos urbanos, de seu confinamento seguro, bem como o tratamento e monitoramento dos efluentes gasosos e líquidos gerados pela bio-degradação dos resíduos.

Caso seja adotada outra solução tecnológica alternativa, que não aterro sanitário, para a destinação final dos resíduos sólidos urbanos, deverá, identicamente, proceder ao minucioso cumprimento das especificações deste Projeto Básico.

Capacidade do Aterro Sanitário:

Qualquer que seja o processo de tratamento proposto pela licitante, ele deverá estar apto para atender demanda estimada de 69.238 (sessenta e nove mil, duzentos e trinta e oito) toneladas de resíduos sólidos urbanos domiciliares, comerciais e de varrição pelo período de 60 (sessenta) meses.

Frequência:

Os serviços serão realizados de segunda-feira a sábado.

Turnos de trabalho:

Os serviços serão realizados nos períodos diurno e noturno em jornada de 24 (vinte e quatro) horas.

A pesagem será realizada em uma balança rodoviária aferida pelo INMETRO. A licitante vencedora



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

será responsável por essas aferições e sua manutenção.

Os veículos, máquinas equipamentos a serem utilizados na operação deverão ser adequados e disponíveis para imediato início da operação, conforme exigências a seguir:

Veículos:

Na operação do Aterro Sanitário serão utilizados, no mínimo:

01 (um) veículo, tipo utilitário, saveiro ou similar para fiscalização dos serviços.

Máquinas e Equipamentos:

As máquinas e os equipamentos necessários para a operação compartilhada do Aterro Sanitário, compreendem, no mínimo:

01 (uma) Escavadeira hidráulica;

01 (um) Caminhão equipado com equipamento “poliquindaste”.

02 (dois) Caminhões basculantes;

01 (um) Trator de esteira.

Mão-de-obra:

Caberá a licitante proceder ao dimensionamento da mão-de-obra necessária.

O pessoal envolvido deverá estar convenientemente uniformizado e portar os equipamentos de proteção individual de acordo com as normas que regem o assunto.

DA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.

A operação de Coleta, transporte desde as Unidades de Saúde até o local de destino final proposto pela licitante em local e por processo ou tecnologia universalmente aceitos e ambientalmente licenciados dos RSS, precedidos de tratamento e/ou desinfecção se necessário.

Quando assim exigido por legislação específica, os resíduos serão antecipadamente tratados que provoque a desinfecção e em seguida deverão ter disposição final em local a ser proposto pela licitante, licenciado para tal fim, em conjunto com os RSS cujo tratamento é dispensado pela legislação.

Os sistemas para tratamento de resíduos de serviços de saúde devem ser objeto de licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA nº 237/1997.

Área abrangida:

A operação se dará para os resíduos de serviços de saúde - RSS provenientes de todas as Unidades de Saúde e afins vinculadas direta ou indiretamente à Administração Municipal, em operação ou as que forem implantadas no prazo contratual.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

Quantitativo dos serviços:

A quantidade projetada para o período de 60 (sessenta) meses é de 100.000 (cem mil) Kg de resíduos de saúde, que serão coletadas em 780 (setecentas e oitenta) pontos/unidades durante o prazo contratual.

Os acondicionamentos dos resíduos de saúde deverão ser feito em sacos apropriados conforme preconizado pela RDC 222/2018 da ANVISA.

Pontos de Coleta e Frequência:

Os serviços serão prestados com a frequência semanal, nos estabelecimentos de saúde listados abaixo, em operação ou os que forem implantadas no prazo contratual:

Nº	Unidades de Saúde	Endereço
1	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	Rua 13 de novembro, 565, Centro.
2	Centro de Promoção em Saúde - CEMPS	Avenida Cel Gallotti, 780, Praça
3	Centro de Saúde Dona Calina - Praça	Rua Lauro Muller, 75, Praça.
4	Centro de Saúde Orlando Barreto e Pronto atendimento 24 horas.	Avenida Hercílio Luz, 163, Centro.
5	UBS Dr. Nilton Olinger	Estrada Geral Campo Novo, s/n. Campo Novo.
6	UBS Rodolfo Francisco da Veiga	Estrada Geral Timbé, s/n, Timbé
7	UBS José de Souza e Silva Filho	Estrada Geral Porto Itinga, s/n. Itinga
8	UBS Doraci Fagundes	Estrada Geral Itinga, s/n. Itinga
9	UBS Maria Mafei Orsi	Rua Geral Nova Descoberta, s/n. Nova Descoberta.
10	UBS Abílio Pereira	Rua Geral Santa Luzia, s/n – Santa Luzia
11	UBS Davi Vieira	Rua Eloi Franco dos Anjos, 1049. Sul do Rio
12	UBS Renoldo João Rosa	Rua Preta Paula, 60. Joaia.
13	UBS José Manoel Reis	Rua Treze de Maio, 2040. Areias.
14	UBS Maria Margarida Cota	Rua Geral, s/n. Morretes.

Turnos de trabalho:

Os serviços se desenvolverão no período diurno.

A pesagem será realizada em uma balança eletrônica aferida pelo INMETRO. A licitante vencedora será responsável por essas aferições e sua manutenção.

Veículos:

As atividades de coleta e transporte desde a Unidade de Saúde até as instalações de tratamento e destinação final serão realizadas por veículo não compactador, próprio com capacidade volumétrica mínima de 04 (quatro) m³.

Em caso de acidente envolvendo produtos perigosos, dentro do estado de Santa Catarina, o responsável pela empresa ou preposto deverá notificar imediatamente ao IMA, através do fone (48)



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

3665-4190.

Mão-de-obra:

Caberá a licitante proceder ao dimensionamento da mão-de-obra.

O pessoal envolvido deverá estar convenientemente uniformizado e portar os equipamentos de proteção individual de acordo com as normas que regem o assunto.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Prova de Registro e Regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da empresa e do responsável técnico habilitado. A empresa vencedora deverá apresentar anualmente a Anotação de Responsabilidade Técnica aos serviços do objeto.

Capacitação técnico-profissional: Atestado de capacidade técnica acompanhado com a Certidão de Acervo Técnico que demonstrem que o responsável técnico pertencente ao quadro permanente da licitante, está exercendo ou exerceu as atividades de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, comerciais e de varrição, bem como coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de saúde.

A comprovação de que o responsável técnico presta serviço à empresa deverá ser efetuado através: da cópia do contrato, ou da carteira de trabalho: contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho, a admissão do responsável técnico até a data da entrega da proposta, e no caso de profissional dirigente da empresa, através da Ata ou do Contrato Social.

Atestado técnico: Atestado de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado com a Certidão de Acervo Técnico, que comprovem haver executado ou estar executando os serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, comerciais e de varrição na quantidade mínima de 35% (trinta e cinco por cento) da quantidade anual licitada, bem como coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de saúde na quantidade mínima de 35% (trinta e cinco por cento) da quantidade anual licitada, conforme previsto no Inciso II, Art. 30, da Lei 8666/93.

Declaração formal de disponibilidade ao futuro Contrato, sob as penas cabíveis, dos veículos, máquinas e equipamentos necessários para a execução dos serviços da presente licitação, individualizando o modelo e ano de fabricação de acordo com o projeto básico.

Declaração formal de disponibilidade ao futuro contrato, de aterro licenciado ou outro processo/tecnologia proposto pela licitante para destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e de varrição, bem como do equipamento de desinfecção/descontaminação e destinação final de resíduos de serviços de saúde apresentados pela proponente, informando as respectivas capacidades mínimas disponíveis para o pleno atendimento das necessidades decorrentes da execução do contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

Comprovante de que a licitante seja detentora de Licença Ambiental de Operação - LAO em vigor, junto à FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE para as atividades de destinação final dos resíduos sólidos urbanos, bem como transporte, tratamento e destinação final dos resíduos dos serviços de saúde.

Face à complexidade dos serviços licitados, a licitante poderá proceder à visita técnica para tomar pleno conhecimento das condições ambientais, técnicas, do grau de dificuldade dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução do objeto do presente Edital, através de seu Responsável Técnico habilitado, devendo para tal, definir data e horário junto ao Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos ou outro servidor designado.

DA ESTIMATIVA DA DESPESA:

O cálculo da despesa anual foi efetuado com base nos preços atuais praticados no mercado, conforme planilha abaixo:

N.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL
01	COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO.	TONELADA	13.848	R\$ 239,70	R\$
02	DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO	TONELADA	13.848	R\$ 193,33	R\$
03	COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DE SAÚDE.	KG	20.000	R\$ 3,22	R\$
04	DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE.	KG	20.000	R\$ 6,43	R\$

O valor global previsto desta estimativa da despesa é de R\$ 6.189.599,44 (Seis milhões, cento e oitenta e nove mil, quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

Tijucas, SC 17 de agosto de 2022.

Vilson Natálio Silvino
Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

Propomos os seguintes preços para os itens do processo licitatório nº **016/PMT/2022**

N.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL
01	COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO.	TONELADA	13.848	R\$	R\$
02	DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO	TONELADA	13.848	R\$	R\$
03	COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DE SAÚDE.	KG	20.000	R\$	R\$
04	DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE.	KG	20.000	R\$	R\$
O VALOR GLOBAL DA PROPOSTA COMERCIAL PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES É DE R\$ ().					

O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados da data de apresentação dos envelopes.

Deverá ser datada e assinada pelo representante legal da proponente, com a função, identificação, e conter o carimbo padronizado do CNPJ/MF.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO 150/PMT/2022
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 016/PMT/2022

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), declaro sob as penas da Lei que nos termos da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 que alterou dispositivos da Lei nº 8.666, de 16 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, que a nossa empresa, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil. Portanto, não concede trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser a expressão da verdade, assinamos o presente.

Local e data:

Nome, cargo e assinatura

Nome Empresarial

CNPJ

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO 150/PMT/2022
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 016/PMT/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO

Edital de Concorrência Pública nº 016/PMT/2022 da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela Prefeitura de Tijucas e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, **Concorrência Pública nº 016/PMT/2022**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data:

Nome, cargo e assinatura
Nome Empresarial
CNPJ

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO 150/PMT/2022
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 016/PMT/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

DECLARA que RECEBEU e ACEITA integralmente os termos e condições da presente Licitação, bem como as disposições contidas na Lei Nº 8.666/93 e suas alterações.

Local e data:

Nome, cargo e assinatura

Nome Empresarial

CNPJ

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

Secretaria Municipal de Administração

ANEXO VII

PROCESSO LICITATÓRIO 150/PMT/2022
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 016/PMT/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS QUADROS DA EMPRESA

A Empresa (inserir razão social), inscrito no CNPJ nº (inserir número) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) (inserir nome), portador(a) da carteira de Identidade nº (inserir número e órgão emissor) e do CPF nº (inserir número), DECLARA, que, não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura
Nome Empresarial
CNPJ

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante.